



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO
DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL
E DEZ.

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, a Sra. Eng^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, a Sra. Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata e o Sr. Eng^o Rafael Sousa Costa – que solicitou a suspensão do mandato por um período de três meses –, tendo sido substituídos pelo Sr. Sebastião Monteiro Soares, o Sr. António Moreira Lopes, a Sra. Arqta. Élia Sofia Duarte Feiteira, a Sra. D. Rosa Maria Augusto Rodrigues e a Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Patto, respectivamente. O Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Avô, fez-se substituir pelo Sr. António da Silva Antunes. A Sra. Prof^a Ana Paula Ferreira Nobre, o Sr. João José Pereira Esteves, a Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira, o Sr. Eng^o Carlos Artur Simões Esteves Maia, o Sr. Adelino de Brito Henriques e a Sra. D. Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes também estiveram ausentes, tendo solicitado a justificação das suas faltas, o que lhes foi deferido.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Emissão, nos termos da alínea b) do n^o 3 do artigo 53^o da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, de Declaração de Interesse Municipal na desafecção, da Reserva Ecológica Nacional, da área necessária à ampliação do cemitério de Aldeia Formosa, sito na freguesia de Seixo da Beira.

III – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9^o do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal às seguintes entidades / individualidades:

- Associação Desportiva Nogueirense
- Sr. Adelino Carlos Pires Santos Costa
- Sr. António Correia Dias
- Sr. Aristides Gonçalves da Costa

Iniciado o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Venho propôr um voto de pesar pela morte de um antigo membro desta Assembleia e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é o Francisco Pinto, que foi Presidente da Junta de Lourosa entre oitenta e nove e noventa e três. Vim aqui porque penso que fui o único que trabalhou com ele nessa altura. Foi considerado, nesse tempo, o Presidente da Junta mais novo eleito até essa altura porque tinha vinte anos. Fazia agora quarenta e dois anos. Era meu amigo de longa data. Assim, não queria deixar de propôr, a esta Assembleia, um voto de pesar e que o mesmo fosse comunicado à Família.

Depois deste voto e como estou aqui, se calhar, há demasiados anos, queria lembrar que houve muita gente que passou por cá e das quais temos algumas recordações. Por esta casa já passaram muitas pessoas, algumas delas de grande valor e das quais às vezes nos esquecemos. Se calhar, vou cometer um erro porque me vão faltar aqui muitas pessoas, mas eu só vou dar alguns exemplos que todos nós conhecemos, que passaram por esta Assembleia e que marcaram, quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal, quer as suas freguesias. Vou falar de vários, começando pelo Dr. César de Oliveira, o Coronel Alberto Amaral, o Sr. Folques, que passaram pela Câmara. O Dr. João Amaral – que foi Deputado pelo PC e que também foi Deputado nesta Assembleia –, o Sr. João – Presidente da Junta de Lagos –, o Sr. Higinio da Costa Borges, o Sr. António – de Santa Ovaia –, o Sr. Valério, o Sr. Virgílio. Acho que a Assembleia devia ter memória de que há muita gente que passou por aqui, que deu aquilo que podia dar a esta Assembleia e a este concelho e das quais não nos podemos esquecer. Penso que devia ser feito – talvez – um Livro de Honra das pessoas que por aqui passaram, que já faleceram e que muito deram a este concelho e a esta casa. É uma proposta para o Sr. Presidente da Mesa e para todos vós pensarem se é viável ou não fazer-se algo. Acho que todos aqueles que passaram por esta casa, deram o que podiam dar e, “*quem dá o que pode, a mais não é obrigado*”. Merecem, acima de tudo, essa lembrança de todos.”

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento de Francisco José Nunes Pinto, tendo sido aprovada por unanimidade.

Interveio, depois, o Sr. Dr. Manuel Garcia Morais, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião:

“Querida ressaltar aqui apenas dois aspectos. Primeiro, o que diz respeito à minha freguesia. Uma questão tem a ver com a construção da ETAR porque, de facto, temos ainda duas situações por resolver ao nível dos esgotos na nossa freguesia. E, apesar dos serviços estarem inteirados da situação e de estarem a desenvolver esforços para que o problema seja resolvido – e penso que o que diz respeito à Travessa do Senhor dos Aflitos deve estar resolvido –, não queria deixar aqui de passar mais duas situações que têm sido descuradas ao longo do tempo. Se calhar, na altura, também não era possível, pela própria localização das fossas sépticas que hoje existem. Mas, visto a ETAR estar em construção, julgo que é a altura indicada para, de uma vez por todas, resolvermos a questão do saneamento em São Gião. Uma diz respeito ao Bairro dos Machorros, que tem cerca de trinta residentes. Penso que facilmente se resolve o problema. Já reuni com os serviços e mostraram disponibilidade. E é isso que importa realçar. E temos outra situação que é mais complicada e que tem a ver com a Rua Dr. Francisco Mendes Diogo. Implica atravessar linhas de água e colocam-se uma série de problemas. Penso que, se conseguíssemos resolver a questão do Bairro dos Machorros, já era um passo à frente na questão do saneamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ultimamente, talvez por força dos incêndios, temos tido alguns problemas com o abastecimento de água, nomeadamente com o furo. Os serviços e a Câmara todos os dias, prontamente, colocam lá a água. Têm sido impecáveis: os Bombeiros e a Câmara. Mas – porque o furo já teve algumas intervenções – penso que é altura de se proceder à sua limpeza. A Câmara também já está a tomar providências nesse sentido. Eu também tenho que “mostrar serviço” e por isso é que estou aqui a intervir. Também quero dizer aos meus elementos que a Câmara tem sido disponível e que está receptiva a isso. E não sei se existe alguma ruptura de água porque é impensável irem lá os Bombeiros levar, num dia, sessenta e seis mil litros de água e, ao outro dia, o depósito ter vinte centímetros de água, se tanto. Penso que os serviços também estão a tratar disso. E isso é que importa realçar.

Queria ressaltar aqui, também, um aspecto importante que sucedeu há dias. Tenho que dar aqui o mérito ao Sr. Presidente da Câmara porque tem sido uma pessoa extremamente empenhada – diz ele – na questão dos incêndios que assolaram ultimamente a nossa região da Serra da Estrela e que provocaram alguns condicionalismos, nomeadamente na zona do Rio Alva e do Alvôco. As consequências foram o arrastamento de cinzas para o rio. Quem conhecia o Rio Alva vê que está completamente diferente. Não existem peixes. Existem camadas e camadas de cinzas. Toneladas de cinzas que não sei como vão ser retiradas. E queria aqui ressaltar uma situação que não sei se tem a ver com a prevenção, porque nós pouco fazemos. Está aqui o Sr. Eng^o Vasco, que já falou, noutras Assembleias, na questão da limpeza das margens, na prevenção, na silvicultura. Nós andamos a brincar algum tempo durante o ano e o resultado está à vista. São calamidades que surgem. E queria ressaltar aqui o aspecto de que fui três vezes ou quatro com o Sr. Presidente da Câmara ao Rio Alva, uma das quais com os Governadores Cívicos de Coimbra e da Guarda, com o Sr. Presidente da Câmara de Seia e com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de São Sebastião da Feira, Penalva de Alva, Avô. No final, foram apontadas algumas soluções. E importa aqui ressaltar a prontidão e tudo aquilo que tem sido feito para salvarmos aquilo que temos de bom no nosso concelho, que é preservação dos rios e, neste caso, do Rio Alva.

Também queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já há algum desenvolvimento ou alguma “luz” daquilo que foi dito pelos vários organismos porque esteve cá a Presidente da Região Hidrográfica do Centro – a Dra. Teresa Fidélis – que, conjuntamente com os Srs. Presidentes das Câmaras de Seia e de Oliveira do Hospital, enumeraram algumas das coisas que podem ser feitas para minorar a situação. Em São Gião, Penalva, São Sebastião e Avô – penso que posso falar por todos – quem não viu pode ir ver. Penso que não é com as cheias que aquilo desaparece. Ficou duro, está sólido. A cinza solidificou. E não sei o que é que os serviços resolveram ou estão a pensar fazer.

Mas queria aqui ressaltar a prontidão e tudo aquilo que a Câmara tem feito porque, de facto, tem sido empenhada. Como disse, eu já fui lá três ou quatro vezes com os serviços e com o Sr. Presidente da Câmara. Inclusivamente, foi lá feita uma reportagem para a RTP. E é importante, também, termos alguém que não desiste. O Sr. Presidente não desistiu e, por isso, é que tem persistido em chamar a atenção, junto dos diversos organismos do Estado, para aquela calamidade. Mas queria saber se já existe alguma solução à vista para este problema.”

Seguidamente, interveio o Sr. Fernando Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Não poderia deixar de referir um aspecto particular e interessante que aconteceu neste Verão de dois mil e dez. Estou a referir-me, concretamente, às Férias Arqueológicas na freguesia da Bobadela. Quero referir que foi um projecto simples, de forma simples mas inteiramente bem concretizado. E digo de uma forma que devemos de dizer. Pôr os jovens, pôr as crianças, à procura da história, da cultura e do património, é deveras significativo. Quero realçar o trabalho do Arqueólogo que esteve nestas campanhas arqueológicas. A nível de património, a nível de história, num terreno extremamente contíguo foram encontradas peças arqueológicas de elevada qualidade. E isto falando também em termos de cultura, de história, sem mexer, sem afectar a estrutura social da empresa a forma bem coordenada, acautelada, levando os jovens, no seu dia-a-dia, a transmitirem aos seus pais, aos avós e a outros membros da comunidade, do concelho e do distrito de Coimbra e daí se ter registado, nestas férias de Verão, coincidindo também com as actividades das Noites de Verão da cidade da Bobadela, em que trouxe, de facto, uma mais-valia em termos de visitantes, à nossa freguesia.

Quero também não deixar de referir o apoio e o acompanhamento que tem havido mas que é pouco. Por isso, eu venho aqui. Há necessidade urgente em termos do Centro de Interpretação da Bobadela, que é um edifício fantástico e que está subutilizado, em funcionamento. Porquê? Porque está subaproveitado e temos que o rentabilizar porque já temos disponível muito património que poderá aí ser colocado e, de alguma forma, ser valorizado com as visitas que temos tido.

Posso registar que, durante o período, em finais das Noites de Verão, tive enorme prazer em mostrar a freguesia, algum do património e as zonas onde se procederam a estas sondagens arqueológicas. É bom que a gente tenha uma atitude porque valoriza o concelho, valoriza o distrito, valoriza as freguesias. Cada uma das nossas vinte e uma freguesias tem o seu melhor. E, de facto, foi uma aposta bem conseguida, de uma forma metódica, sem sermos megalómanos. Temos que ser cautelosos em tudo o que fazemos, de uma forma metódica, como tem sido feito. E é este o meu alerta, até porque há zonas em que se poderão fazer prospecções e pesquisas arqueológicas. Estou a lembrar-me da zona do juízo que, há muitos anos é referenciada. São campos agrícolas, são zonas que estão completamente disponíveis e onde se poderão encontrar alguns vestígios e, quiçá, talvez as nossas termas romanas.

Sobre o património encontrado, se alguém tinha dúvidas do potencial e da cidade que, de facto, existiu na era romana, posso dizer-vos que foram encontradas bases, colunas, capitéis, restos de outros arcos. Segundo os escritos mais antigos e aqueles que ao longo dos anos nos têm feito alguns apontamentos sobre o património e a arqueologia da freguesia da Bobadela, sempre apontaram para a existência de mais do que um arco. Naturalmente que todos nós conhecemos o que está intacto mas outros teriam sido destruídos. Uns semelhantes, que seriam outras portas de entradas do fórum romano e outros de dimensão mais pequena. Portanto, é bom este prosseguir destes contactos a nível da arqueologia. Também agradecer, à semelhança de outros anos, as intervenções de um órgão de comunicação social. Esteve lá a RTP, num apontamento muito concreto só sobre estas escavações e noutra inserido num contexto a nível do concelho. De facto, dá-nos um grande prazer porque é com esta valorização, com esta mostra do melhor que nós temos... Por vezes, não são só problemas; também temos coisas muito boas que devem ser realçadas e devem ser vistas.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, que fez a seguinte intervenção:

“Iniciava com uma breve declaração política:

Considerando que estamos a viver as comemorações dos cem anos da Primeira República, da Implantação da República, que pôs, de facto, fim a uma monarquia decrépita, ultrapassada, que não estava a dar resposta aos problemas do País nem às aspirações da população, monarquia essa que estava hipotecada aos interesses de uma escassa minoria de privilegiados.

Portanto, honra e memória aos revolucionários civis e militares, às organizações sociais e políticas que se envolveram na Implantação da Primeira República, na sua consolidação. Em especial, lembrar o episódio da vitória militar na Rotunda.

A Primeira República, de facto, põe fim aos privilégios por direito de nascimento, inicia avanços na educação. A primeira reforma educativa é mais progressista, é mais avançada do que a que temos hoje no nosso País. A habitação, conquistas sociais, liberdades políticas, no plano social e mesmo a separação da Igreja do Estado, são avanços importantíssimos. O 5 de Outubro passou a ser menorizado durante o fascismo. Não era por acaso. Mas os ideais da República permaneceram enraizados na população, em muita gente e também em algumas organizações e partidos políticos. E esses ideais também abriram caminho para a própria Revolução do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e daí para cá, apesar dos sistemáticos ataques à Constituição da República, como agora está a acontecer de novo. O grande problema das Constituições da República é não terem sido cumpridas, a começar por aqueles que juraram defendê-la e que, normalmente, são os primeiros a atacá-la.

Passando a outro assunto: estamos em tempo de Orçamento da Câmara Municipal e de Orçamento Nacional. Não sei se a Câmara já tem cá alguém a fiscalizar previamente o Orçamento, antes de ser aprovado pela Câmara Municipal. O Governo já cá tem os fiscais a fiscalizar. Portanto, não sei se a Câmara também já tem. Esperamos que, por enquanto, ainda não tenha mas já tem as leis do Orçamento de Estado, que a condicionam, de certa forma. Mas ainda não há aí fiscais vindos de outro lado e isso já não é mau.

A Freguesia de Vila Franca da Beira já apresentou, no início do mandato, uma série de propostas para serem contempladas nos Planos anuais da Câmara Municipal. Penso que iremos continuar nesse processo e nesse diálogo. Não vou estar agora aqui a pormenorizar muito. Mas, queria referir o aspecto da questão da água pública e, de facto, da opção errada que significou esta adesão às Águas do Zêzere e Côa, este sistema único. E a prova aí está: há um incêndio em Gouveia mas é o concelho todo de Oliveira do Hospital que é afectado e de que maneira! Portanto, neste contexto, era bom que se valorizasse, que se mantivessem operacionais e até que se continuasse a investir nas captações num sistema autónomo do próprio Município, quanto mais não seja para as questões de emergência.

A questão da luz eléctrica: ouvi, aqui nos serviços, que está tudo suspenso em matéria de ampliações da rede eléctrica e que, provavelmente, até se vai solicitar que se desliguem lâmpadas. Eu, pessoalmente, discordo desta opção. É evidente que há uma razão: o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento e a despesa. Mas as populações é que acabam sempre por, directa ou indirectamente, pagar essa factura. Vejamos: em Vila Franca da Beira, se pediram luzes, se pediram ampliações, não foi de ânimo leve. Portanto, quem as pede, não as vai agora mandar fechar. Eu não irei agora fazer isso, afirmo já. Nem uma eu direi para se fechar em Vila Franca da Beira. Primeiro, por isso: se se pediram, foi porque se entendeu que eram necessárias. E, se foram concedidas, concederam-se porque eram necessárias. Agora, não se volta atrás, até porque isso é uma discussão interminável: *“porque é que tiraste aquela ali e não foste tirar a do outro fulano?”* Essa é uma discussão interminável nas populações. E, quando se diz: *“põem-se lâmpadas no meio da mata”*. Mas, às vezes, no meio da mata, sobretudo quando é Inverno, há gente que vai trabalhar nos campos e essas lâmpadas ajudam essas pessoas que vão trabalhar para os campos. E essas pessoas, que ainda vão trabalhar para os campos, nas nossas aldeias, até mereciam ir de táxi. Portanto, não é de ânimo leve que isso se considera. Eu acho que é preferível, numa situação de extrema necessidade, fazer aquilo que outros municípios têm feito e que é, durante alguns períodos, apagar metade da iluminação pública. Acho que é possível, tecnicamente. Pelo menos, eu vi na televisão uma Câmara que estava a fazer isso. Portanto, proponho que a Câmara reconsidere.

Ainda em tempos de Orçamento: nós continuamos a discordar que a Câmara Municipal enverede pela iniciativa e pela directa responsabilidade da construção dos novos edifícios da ESTGOH. Esta Câmara Municipal e este Município já gastaram quatrocentos e cinquenta mil euros – pelo menos – a comprar terrenos para ser feita por quem de direito, pelo Governo. E já lá vão seis anos de Governo do Partido Socialista. Seis anos. E já tinha havido outros tantos do Governo do PSD e do CDS. Mas, enfim, são as duas faces da mesma moeda. Acho que a Câmara Municipal não deve gastar mais dois, três ou quatro milhões nisto porque fazem falta a outras coisas, por exemplo, para melhorar a rede de ensino, que é da directa responsabilidade da Câmara Municipal. Por exemplo, para se construir o edifício anexo às escolas, em Vila Franca da Beira. E não para andar a tirar responsabilidade política, objectivamente, de um Governo, a quem compete fazer isso e que não o faz porque não tem vontade política. Porque dinheiro há. Ainda agora pagaram um milhão de euros por um submarino ou dois. Temos tropas em dezassete países. Então, não há dinheiro? No nosso País, a banca paga menos impostos do que pagam os cafés. As grandes empresas são quem paga menos impostos. Então, não há dinheiro? Só se fala na despesa. E a receita? A banca paga menos impostos do que os cafés de Portugal. Mas isto é admissível onde? E, ainda por cima, se vão queixar que andam “à rasca”, a ganhar cinco milhões de euros de lucro por dia? Com créditos de vinte milhões de euros? Com o BPN a ingerir, para já, cinco mil milhões? E não há dinheiro? Era o que faltava! Não há é vontade política ou há vontade política para um grupo de privilegiados que estão a “sangrar” e a estrangular este País. Portanto, vamos lá ver se nos entendemos nisto.

Ainda em relação ao Orçamento: creio que a Cordinha merece uma piscina coberta. Isto já não é uma questão de agora. Aliás, o Partido Socialista tem isto no seu programa eleitoral, nomeadamente a Junta de Freguesia de Ervedal da Beira. E muito legitimamente. A piscina coberta na Cordinha não é um luxo. E vou dar um exemplo porque o meu problema não é o que vai mas o que não vai: no Seixo foi feita uma piscina junto às escolas. E, agora, eu pergunto porque razão as crianças que vão à escola de Vila Franca, de Aldeia Formosa ou do Ervedal também não têm uma piscina? Porquê? Se umas têm, porque é que as outras



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também não têm? Porque é que umas são privilegiadas e outras não são? Porque é que as crianças da cidade têm uma piscina aqui? Começamos logo por aí. E, quando digo crianças, a seguir passo logo à terceira idade. Há hipóteses, através de protocolos com a Segurança Social, com o Ministério da Educação, para que se avance no projecto de uma piscina coberta e aquecida porque, fazer piscinas abertas para utilização três meses por ano é que é desperdício de dinheiro. Temos uma piscina para utilizarmos dois ou três meses por ano, não vale a pena. Ou se fazem aquecidas e cobertas ou, então, também não vale a pena fazê-las. Acho que temos essa necessidade. Deixo estas considerações, apelando para que sejam tidas em conta.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco Lencastre de Campos:

“Mais uma vez trago aqui o assunto da E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas. E queria começar por agradecer a postura dialogante da Câmara Municipal, bem como da Administração das Águas do Zêzere e Côa e da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas.

De facto, ninguém, no seu perfeito juízo, concorda com a localização daquela E.T.A.R.. Ninguém está contra a E.T.A.R., que é uma necessidade. E eu bem sei disso porque há vinte anos que “levo” com os maus cheiros dos esgotos a céu aberto, em casa e nos meus terrenos. Ninguém está contra a E.T.A.R.. Mas, de facto, aquela localização colide com todas as regras de ordenamento do território e com todas as regras relativas à conservação e à preservação da paisagem.

Além disso, devido também à sua proximidade das casas, à sua proximidade de um turismo rural, à sua proximidade de uma praia fluvial, à sua proximidade de um rio, ao estado em que estava um caminho pedonal. De facto, vai ser prejudicial para as populações porque vai trazer maus odores.

Que eu saiba, não há nenhuma E.T.A.R. que cheire bem. Uma E.T.A.R. é um estação de tratamento de águas residuais. É onde se tratam os dejectos das populações. Todos sabemos o que é uma E.T.A.R. e que não cheiram bem. Podem cheirar mais ou menos mal, em função do seu desempenho ou até do desempenho de quem toma conta dela, mas nenhuma cheira bem.

Portanto, aquela E.T.A.R. está, de facto, extremamente mal localizada.

Houve um erro, por quem de direito na altura, que deveria ter tido em conta tudo aquilo que agora aqui disse. As obras começaram, o processo nunca foi público, nunca se soube, nunca houve uma reunião, nunca houve uma consulta pública. Nunca se soube, de forma exacta, onde é que a E.T.A.R. iria ser construída. Ouvia-se dizer que era naquele terreno, que já estava comprado, que era expropriado. Mas, de facto, de forma pública, nunca houve nenhuma reunião.

Em minha casa, fomos contactados, em dois mil e cinco, porque também a quiseram fazer nuns terrenos, ao qual nos opusemos. Mas, a partir de dois mil e cinco, eu não tive conhecimento de mais nada, formalmente.

Portanto, aquilo que eu queria pedir, mais uma vez, ao Sr. Presidente da Câmara e a esta Câmara, é que enveredassem todos os esforços para que a E.T.A.R. fosse construída noutra local. Tem custos, de facto, mas não tenho dúvidas que o custo-benefício vai ser muito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

superior mudando aquela E.T.A.R. de sítio do que construí-la ali, mesmo que esteja pronta daqui a três ou quatro meses e a outra possa vir a estar pronta daqui a um ano ou dois. Porque eu não aceito argumentos que se têm tido – e eu nunca ouvi dizer isso ao Sr. Presidente da Câmara mas ouvi dizer a algumas pessoas – que, se não fosse construída ali, só iria ser construída daqui a quinze ou vinte anos. Ora, não é isso que nós queremos. O que queremos é que ela seja construída brevemente, noutra local.

Esta Câmara tem defendido isso pois estava no seu programa: uma das indústrias do nosso concelho é o turismo. E o turismo tem que ser um turismo de qualidade, um turismo de natureza, um turismo de paisagem. E o Vale do Alva e o Vale do Alvôco têm todas as condições para proporcionarem esse turismo. Portanto, se nós matamos a nossa “galinha de ovos de ouro”, nós não conseguimos vir a ter esse turismo. E hoje também falo aqui como operador turístico porque há muitos “treinadores de bancada”. Mas eu estou a investir na minha terra. E estou a fazer um investimento de trezentos mil euros, que está aprovado e cujas obras vão começar até ao final do ano. Portanto, assumo que também sou directamente interessado. Mas, atrás do meu turismo virão outros turismos e virão outros investimentos. Nós defendemos o turismo como uma fonte de desenvolvimento para este concelho.

Também queria dizer que houve quem quisesse chamar a política para este assunto. Este assunto não tem nada de político. Será que um grupo de cidadãos não se pode unir em torno de uma causa sem ser política? E eu pergunto: o que é que o Prof. Lusitano dos Santos tem a ver com a política neste assunto? O que é que o Dr. Fernando Morais tem a ver com política neste assunto? O que é que o Luís Baila tem a ver com política neste assunto? O que é que a Dra. Maria João Antunes tem a ver com política neste assunto? Não há política nenhuma. O que há é pura e simplesmente a defesa dos interesses daquela terra que alguém quer destruir.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, porque as Águas do Zêzere e Côa e a Administração disseram-me pessoalmente e publicamente na televisão que, efectivamente, pode haver uma mudança, o Sr. tem esta possibilidade nas mãos. Se não o fizer ficará para sempre com este ónus de não ter resolvido o problema. E, num dia, quando tivermos aquilo com muito maus cheiros e as pessoas a queixarem-se e a perguntarem quem é que fez aquilo, nós vamos dizer que teve a assinatura do Prof. José Carlos Alexandrino. Eu gostava que isso não acontecesse, Sr. Prof., porque o Sr. conhece aquela terra e sabe que tem grande potencial turístico. E o que vier para aquela terra vem também para o concelho. O que nos interessa é defender o concelho e a região.

O Dr. José Francisco foi dizer que era pior ter os esgotos a céu aberto. Pois claro que é. Mas também é preciso lembrar que os esgotos a céu aberto aconteciam por incúria. E acontecem. Porque, se as fossas forem esvaziadas a tempo e horas, não há esgotos a céu aberto. Compreendo perfeitamente que não pode haver um guarda a controlar as fossas todos os dias mas, se as fossas forem esvaziadas, não há esgotos a céu aberto.

Para terminar esta intervenção relativamente à E.T.A.R., gostava que houvesse, de facto, uma reflexão profunda acerca deste assunto. É só isso que peço a esta Câmara e à Administração das Águas do Zêzere e Côa.

Queria também falar aqui da questão dos incêndios e da calamidade que existiu – e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

existe – neste Rio Alva. De facto, é uma calamidade, que já foi aqui realçada pelo Dr. Manuel Garcia. Eu acompanhei aquele fogo da Serra da Estrela. Aquele fogo da Serra da Estrela – e digo-o aqui publicamente – foi uma coisa inacreditável. Por aquilo que conheço dos bombeiros deste concelho, era impossível acontecer uma coisa daquelas neste concelho. De facto, estava o concelho de Seia a arder em três sítios. De facto, o distrito da Guarda estava a arder em vários sítios. Mas houve muito má gestão daquele incêndio. Eu acompanhei-o e tomei uma atitude de quase revolta e, no último dia, levei trinta homens da CAULE para Valezim e o fogo foi apagado naquele dia, às seis da manhã. Não estou a dizer que o apagámos sozinhos mas que ajudámos, ajudámos. Acompanhei aquele fogo porque sou próximo, sou amigo do Eng^o. Armando Carvalho, que é o Director do Parque, e senti a falta de meios com que ele se debateu para apagar aquele incêndio.

O Sr. Presidente da Câmara falou aqui das máquinas de Oliveira do Hospital. De facto, as máquinas de Oliveira do Hospital foram para lá para Valezim e ainda deram lá uma ajuda. É bom que se realce isso. Eu próprio, na altura, telefonei ao Dr. José Francisco e foi para lá o Adjunto Sousa. Isto porque nós estávamos a ver – e desculpem eu estar aqui a falar muito neste assunto – que o fogo vinha cá para baixo. Não faltou muito para que o fogo passasse a estrada de Valezim e começasse a descer para o Vale do Alva, por aí fora, e viesse parar a São Gião ou a Alvôco, muito rapidamente.

Mas o que interessa aqui realçar é que nós temos o rio naquele estado. E não há nada a fazer. Agora é só esperar dois ou três anos para que aquilo limpe. Não há nada a fazer. É impossível limpar um rio. Ninguém pense que se pode fazer alguma coisa. E quanto é que isto vai custar ao concelho? Quanto é que isto vai custar à região? E estas coisas que não se vêem antes, quando eu venho, às vezes, aqui falar de prevenção ou outras pessoas falam aqui de prevenção. Não se analisam estes custos elevadíssimos que os incêndios têm, *a posteriori*. Porque, de facto, aquilo vai ter um custo muito elevado para o concelho. Ninguém quer ir para a praia fluvial de São Gião, de Penalva, das Caldas, de Santo António do Alva, de São Sebastião da Feira, da Ponte das Três Entradas e até de Avô, se estiverem inutilizadas pelas cinzas. Porque, de facto, todos os Senhores deviam lá ir ver o que é que se lá passa. É dramático, para além das questões relacionadas com a fauna, nomeadamente com os peixes, que também foi muito grave.

Portanto, o alerta que eu deixo é que esta Câmara pense nestas coisas e continue a investir na prevenção. Tem havido algum investimento. Que continue a ter essa política para que coisas destas não aconteçam no nosso concelho ou a jusante do nosso concelho.

Por último, queria falar aqui de outro assunto, que também me é caro e gostava que os Senhores não dissessem que não avisei, que não foi dito, que vai ficar aqui em acta e que é o assunto relacionado com o nemátodo. O nemátodo da madeira do pinheiro vai dizimar os nossos pinheiros – a floresta deste concelho é maioritariamente constituída por pinheiro bravo – vai dizimar, a curto prazo – e eu calculo o prazo de oito anos – de oitenta a noventa por cento do pinhal adulto deste concelho. Isto vai graves impactos, não só na economia – os pinheiros ainda se vendem – mas, principalmente, na paisagem deste concelho. Isto porque as pessoas vão começar a plantar outras árvores, de forma anárquica, porque não há alternativa rentável ao pinheiro. As contas são claras: se alguém quiser tirar um rendimento directo, em termos de madeira, de uma área florestal, só tem uma opção: o eucalipto. Portanto, aquilo que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já está a acontecer nos vales do Alva e do Alvôco, é a plantação ilegal de eucalipto ao covacho, sem mobilizações de solo, e que vai ter um impacto grave na paisagem.

Portanto, esta Câmara deve estar preocupada, deve agir, para que este problema do nemátodo seja atenuado. É impossível resolvê-lo. Pode ser diminuída a sua progressão, pode ser atenuado. Devido às excelentes relações que parece que o Sr. Presidente da Câmara tem com o Sr. Secretário de Estado das Florestas, alerte-o para a necessidade de implementarmos programas de luta contra o nemátodo, que vai provocar uma razia neste concelho. Hoje estamos em Setembro de dois mil e dez. Se Deus quiser, havemos de estar cá todos daqui a cinco ou seis anos e, depois, falaremos. E os Srs. Presidentes das Juntas virão para aqui dizer como alguns de Tábua já me dizem: *“isto é uma calamidade pública, não sabemos o que havemos de fazer porque as árvores estão todas a morrer e não vai sobrar uma”*.

É o que vai acontecer aqui, também, e não vai faltar muito.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Quería fazer uma referência positiva ao período que estamos a atravessar em relação aos cem anos da República, no enfiamento do que disse aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca.

Lembrar dois ou três pontos que foram importantes naquela época.

Antes de mais, considerar que foi um avanço civilizacional que se viveu. Virou-se a página em Portugal e virou-se a página muitos anos antes de se ter virado na maior parte dos países da Europa. Foi a primeira vez que se viveu verdadeiramente a liberdade, a lei do divórcio, a lei da separação da Igreja e do Estado – como também já foi referido –, o direito do voto, alguma igualdade entre homens e mulheres. A questão do género, hoje, é um dado adquirido mas foi na altura que, pela primeira vez em Portugal, foram implantados estes direitos. O que foi pena, depois, foram os recuos. Mas, a história é mesmo assim: avança aos solavancos. Mas, depois, infelizmente, com as concordatas e outros instrumentos da mesma natureza, perdeu-se muito do bom que se tinha vivido durante a Primeira República.

Também uma referência muito breve à questão da E.T.A.R. de Alvôco. E eu estou à vontade porque não domino os pormenores. O Sr. Presidente da Câmara não precisa que o defenda. Mas há aqui uma questão técnica. Parece-me que as implantações das E.T.A.R. são decididas por técnicos. Não são decididas em função de opiniões mais ou menos subjectivas. Por outro lado, afirmações dramáticas como as que foram aqui feitas pelo Eng^o José Vasco... É preciso que se veja que tudo isto são posições transitórias; nada disto é definitivo. Não vamos, agora, impor o ónus ao Sr. Presidente da Câmara se alguma coisa correr mal. Não vamos, agora, avisar o Presidente da Câmara – como foi aqui feito – que fica com a responsabilidade nos ombros dele. Já não estamos em ditaduras em que um Homem decide. Há técnicos. Concerteza que o Presidente da Câmara decidirá, apoiado em pareceres técnicos.

Quería referir também, muito rapidamente, o que se passou aqui no Verão. Diz o Sr. Presidente da Junta de São Gião – e eu estou de acordo com ele – que a Câmara tem tido um comportamento extremamente empenhado desde que entrou em funções. Disso não há dúvidas, a todos os níveis. Na área do desenvolvimento económico, vamos ver isso mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tarde. Mas, para já, há uma lufada de ar fresco, principalmente para quem vive fora do perímetro do concelho. Desde logo, a exposição externa do concelho, que foi muito positiva este Verão. A Câmara soube criar factores de atractividade que, infelizmente, nunca tinham sido criados. E eu recorro – isso está nas actas – que nos jornais nacionais só se via Oliveira do Hospital por questões negativas. Felizmente, este ano tivemos aqui imensas actividades. Desde logo, a EXPOH foi um programa bem elaborado. A meu ver, os expositores ultrapassaram aquilo que era expectável. A concepção, o modelo, pareceram-me com boa qualidade. Merece apenas ser aqui relevado todo o esforço que, concerteza, esteve por detrás da implantação de um certame desta natureza.

Depois, o programa “Verão Total” que, durante uma manhã, expôs Oliveira do Hospital ao País. Sendo uma iniciativa inédita, fez chegar o concelho a todo o lado. Deu a conhecer as potencialidades locais. Gostei das intervenções. Gostei da intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Gostei da relevância dos factores históricos. Destaco a intervenção que foi feita pela representante da Quinta da Geia, que me pareceu muito bem feita e dirigida ao público. Algumas críticas foram feitas; é sempre assim.

Em relação a Meruge, eu vi num jornal que devia ter sido dada mais relevância. Como em relação ao Vale do Alva, também vi no Jornal de Arganil a crítica que devia ter sido dada mais relevância. Eu lembro que as pessoas devem ter-se apercebido que a concepção, a realização e o alinhamento do programa nada tiveram a ver com a Câmara Municipal. Portanto, se há que pedir contas de uma ou outra terra ficar preterida, há que fazê-lo à própria televisão e não críticas – como vi – à Câmara Municipal.

Depois, uma etapa da Volta a Portugal que ficou aqui em Oliveira do Hospital. Acho que é importante que estas iniciativas continuem nos próximos anos. Como sabem, os jornais desportivos são os mais lidos em todo o País e toda a gente ficou a saber – pelo menos aqueles que são mais próximos destas coisas – que Oliveira do Hospital existe e que é uma cidade que tem muita importância. Esta etapa da Volta a Portugal deu a conhecer o concelho em todo o País.

Mais duas ou três referências: o Enduro foi também muito importante para Oliveira do Hospital, as Férias Arqueológicas, as Férias Ocupadas. Eu também sou um apaixonado por história e acho que aquilo que se está a fazer na Bobadela tem que ser mais explorado. A meu ver, é preciso ter uma visão global da história para se perceber o que foi a Bobadela em tempos passados. Aqueles que já visitaram Pompeia sabem que, neste momento, é visitada por milhões de pessoas todos os anos. Penso que é preciso fazer talvez um pouco mais na Bobadela. Em minha opinião – mas percebi logo que isso seria impossível – deviam ter sido deixados os fustes e os capitéis nos locais onde foram encontrados mas explicaram-me que aquilo é propriedade privada e que não é fácil adquirir essas propriedades. De qualquer modo, é um trabalho meritório da Câmara. Isto vai ter, concerteza, muita exposição pública no futuro, quer da Bobadela, quer do concelho. Eu tive a oportunidade de falar com o comércio, agora, em relação a tudo aquilo que referi. O comércio, em Oliveira do Hospital, de uma maneira geral, tiveram uma afluência excepcional este Verão e isso deveu-se a todas estas actividades, que merecem ser aqui relevadas positivamente. A meu ver – e assumo-o aqui perfeitamente – isto nunca tinha acontecido, pelo menos nos últimos dezasseis anos que eu estou aqui na Assembleia Municipal.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Sr. Agostinho de Jesus Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, fez a seguinte intervenção:

“Venho a esta tribuna para falar de um problema que foi criado em Alvôco das Várzeas com a construção da E.T.A.R.. Antes de mais, queria dizer que, quem viu o Engº José Vasco vir aqui falar sobre a E.T.A.R., há-de pensar que estamos em situações opostas. Concerteza que não estamos em situação oposta um do outro porque tanto o Engº José Vasco como nós, Junta de Freguesia, defendemos o melhor para Alvôco das Várzeas. Só que esta estrutura é reclamada há mais de quinze anos pela população, para acabar com as fossas a céu aberto, com os inerentes maus cheiros e o grande impacto visual e ambiental em toda aquela zona. Quantas vezes se clamou contra aquela vergonha de espécie de terceiro mundo...

Ora, este projecto de construção da E.T.A.R. sofreu várias alterações no local de implantação estando, no entanto, onde está a ser construída, definido há vários anos. Só depois de aprovado o local é que o projecto também foi aprovado para a construção que, segundo algumas pessoas que estiveram no processo, foi aprovado em dois mil e seis.

Em dois mil e nove, foi posto naquele local uma vedação e uma placa, com uma informação que, em breve, seria construída ali a E.T.A.R.. Que eu me lembre, nunca vi ninguém dizer também que iam destruir a sala de visitas e matar Alvôco, mas sim todos ansiavam pela sua construção.

Quando fomos eleitos para a Junta de Freguesia, tínhamos prometido que iríamos lutar para que a E.T.A.R. fosse uma realidade, porque todos sabiam que o projecto estava aprovado há bastante tempo. Não sabíamos quando entrava no Plano do Orçamento e adjudicação pois já estávamos fartos de promessas. Mas, Sr. Presidente da Câmara, nesta última Assembleia de Freguesia, pusemos este problema à discussão e votação. Quero dizer-lhe que a Junta de Freguesia recebeu, da Assembleia, um voto por unanimidade, de confiança para decidir pela construção da E.T.A.R.. E não tinham nada contra o local escolhido porque todas as pessoas querem a E.T.A.R. construída e não vão muito pelo local.

Por isso, vimos pedir-lhe o seguinte. Nas várias *démarches* que V. Exa. efectuou e nas reuniões que fizemos com as entidades competentes, quer-se que se construa a E.T.A.R. dentro do espaço que está definido. As pessoas que vivem em Alvôco não querem estar mais quinze anos à espera da E.T.A.R. pois o Sr. Presidente também sabe que, quando tentámos a sua deslocalização, antes deste movimento, o cenário que nos apresentaram não nos dava qualquer confiança, nem nos prazos, nem nos impactos ambientais e paisagísticos.

Sr. Presidente: nós queremos dizer-lhe que, na construção desta mesma E.T.A.R., nós, Junta de Freguesia, vamos pedir a alguém – possivelmente na Câmara, que tem pessoas competentes – que fiscalize a construção daquela E.T.A.R.. Foi-nos prometido que ia ser uma E.T.A.R. com todos os impactos ambientais minimizados ao máximo. O problema maior neste momento é o dos cheiros. Portanto, devido ao local onde vai ser implantada que, realmente, é a “sala de visitas” de todo o Vale do Alvôco, nós vamos pedir que os Técnicos e ao Sr. Presidente da Câmara que nos ajude nesta fiscalização para que a E.T.A.R., se for construída ali, fique um modelo. Isto para que as pessoas tenham o mínimo de impacto, em termos de cheiros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação ao Sr. Engº José Vasco, ele diz que não houve uma reunião pública para dizer que a E.T.A.R. ia começar. O Engº sabe perfeitamente que há três ou quatro anos já se falava que a E.T.A.R. ia ser feita ali. Portanto, toda a gente sabia que ia ser feita ali. Quando eu soube – e foi aqui na Câmara que o Sr. Presidente me disse –, falei nisso numa Assembleia de Freguesia. Disse que a E.T.A.R. estava aprovada e que, possivelmente, ia a adjudicação brevemente porque já tinha saído no Diário da República. Na Assembleia de Freguesia falámos nisso. O Sr. Engº vai desculpar-me mas, as pessoas que querem estar dentro destas situações, vão à Assembleia de Freguesia.”

Intervio, depois, o Sr. Dr. Francisco José Garcia, que fez a seguinte declaração:

“Antes de mais, uma chamada de atenção ao Dr. Rodrigues Gonçalves, que falou, como é sua característica, muito bem. Mas faltou-lhe fazer uma referência, quanto a mim, à maior conquista do actual Executivo em permanência: foi devolver um clima de tolerância e de liberdade ao concelho de Oliveira do Hospital, onde as pessoas podem, actualmente, assumir as suas convicções políticas, assumir as tomadas de posições públicas como bem entenderem e sem terem medo de serem perseguidas ou qualquer outro tipo de represálias.

Queria colocar duas questões rápidas ao Sr. Presidente da Câmara.

A Câmara Municipal tem apostado no estímulo ao investimento empresarial em Oliveira do Hospital. No entanto, tem havido muita informação e muita contra-informação acerca deste tema. Solicito ao Sr. Presidente da Câmara que informe esta Assembleia Municipal qual é o ponto de situação da ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, em que situação se encontra a atribuição de lote do Pólo Industrial da Cordinha. Para acabar com essa contra-informação que anda por aí, quantos lotes estão disponíveis para investimento dos empresários que queiram investir em Oliveira do Hospital para criar emprego e riqueza nas nossas terras.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Nuno Filipe Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que fez a seguinte intervenção:

“Não era para intervir sobre o primeiro ponto mas, já agora e como munícipe, como cidadão e como potencial turista do Vale do Alva, gostaria de comentar as afirmações que foram aqui levadas a cabo pelo Engº José Vasco. Eu sou um dos munícipes que mais zela em prol do meio ambiente, quer na teórica, quer na prática.

Mas, o Engº José Vasco disse que já ouvia falar da situação que se depara na E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas, que é um conjunto de pontos que foram levados a cabo até à construção actual do dito equipamento. E faz-me impressão, e como aqui já foi anteriormente dito, que só passados quatro anos é que se venha aqui lamentar – mas isto é próprio da nossa sociedade que lamentamos depois do depois – sobre o problema que ali se depara. E eu salvaguardo aqui a questão que sou o primeiro também a não concordar com a própria localização do dito equipamento. Só que, depois de escolhido o local, depois de adquirido o terreno, depois do desenho do próprio projecto, iniciada a obra, a continuidade da obra, depois de cem mil euros de investimento até à data, é que alguém se dispõe a vir aqui lamentar esta situação. Eu, sinceramente, também lamento essa situação. E – não me cabe a mim defender uma das frases que aqui utilizou – mas eu, como munícipe e como cidadão, também vou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilizá-lo, a si, por, em tempo devido, não ter defendido esta causa. Pelos vistos e da forma como falou, está aqui a tentar imputar responsabilidades a uma pessoa que apenas se limitou a dar continuidade num projecto. Isto já para não falar no desperdício de dinheiro que seria, agora, deitar fora cem mil euros. E salvaguardo que sou o primeiro a defender que estou contra a própria localização.

Trago aqui um ponto que me tem preocupado bastante e que tem a ver com o âmbito social. E vou falar mais concretamente sobre o Bairro João Rodrigues Lagos e para que efeito o mesmo foi proposto e desenhado pela então personalidade João Rodrigues Lagos. Este bairro, como toda a gente sabe, aquando da sua doação pública, teve como fim destinar as suas moradias a pessoas que estivessem devidamente sinalizadas e identificadas com problemas de carisma social, que envolve questões materiais, financeiras e até a outros níveis. A sua finalidade, na altura, era proporcionar condições mínimas de vida aos mais carenciados e devidamente identificados. Depois de ter solicitado a informação e de a ter lido, sei que o próprio regulamento é muito complexo e difícil de alterar. É um regulamento que vem da década de cinquenta e que parece que, para haver alguma alteração, tem que ter intervenção do próprio Ministro das Finanças. Mas isso não implica que não seja cumprido ou, se alguém entrar em incumprimento das cláusulas do regulamento, o Município não possa intervir.

E, porque é que eu falo nisto? Deparámo-nos com duas situações de pessoas devidamente identificadas, carenciadas e até já com apoio domiciliário, e dirigimo-nos aqui ao Gabinete de Apoio Social a fim de tentar salvaguardar essa situação e a dar-lhes mais dignidade numa casa. Até ao momento ainda não tinha sido possível porque não havia disponibilidade dessas casas. Mas, em contraponto, viemos a saber de dois casos que, para mim, são muito graves. Em dois mil e cinco, o cabeça de casal auferia mil e quinhentos euros mensais. No mínimo, a sua esposa auferia o ordenado mínimo. Eu vou arredondar por baixo porque, senão, ainda seria mais grave. Hoje em dia, um outro membro da família, que ainda faz parte do agregado familiar, é uma pessoa licenciada, trabalha a termo certo. Um estagiário licenciado, no mínimo, auferia dois ordenados mínimos. Conclusão: arredondado entram naquela casa cerca de três mil euros mensais. E, simplesmente, a renda desse casal é apenas e só de cinquenta cêntimos. Dada a rigidez daquele regulamento, nunca houve possibilidade das rendas serem actualizadas. Houve esforços – eu sei – dos anteriores Executivos e até já do actual com essa preocupação. Mas, o que eu ponho aqui em causa não é isso. É que, neste momento, uma das cláusulas que dizia é que não poderia intervenção nas ditas casas sem que a mesma fosse executada pelo Município. E nós sabemos que várias alterações já foram efectuadas na casa desse agregado familiar e é incompreensível como é que, até hoje, não tenha havido uma intenção de fazer com que essas pessoas saíssem de lá. Eticamente, eu, se estivesse no lugar deles, já tinha saído. Porque, havendo casos mais graves devidamente identificados, não me caberia a mim, conscientemente, estar a morar naquelas condições. Já para não falar de outro bem material que entra ali todos os dias: um descapotável, um Audi A4, que considero ainda mais grave porque é uma provocação.

O outro caso tem a ver com um senhor que, neste momento, mora na Figueira da Foz. Apenas se desloca a Oliveira do Hospital uma vez por ano para vir pagar as rendas. Isto é, a casa que lhe está destinada está vazia durante trezentos e sessenta e quatro dias num ano. E, porque temos casos graves devidamente sinalizados cá na freguesia, queria pedir que fosse



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levada em atenção esta situação e que houvesse uma intervenção de quem é responsável.

Também queria referir aqui uma outra situação que já deu entrada aqui no anterior Executivo e penso que também no actual. É um assunto de muita importância mas, pessoalmente, não tanto como o anterior. Tem a ver com o Jardim de Infância do Vale do Ferreiro e com um abaixo-assinado. Eu vou lê-lo e entregá-lo ao Sr. Presidente do Município, para os devidos efeitos:

“Nós, abaixo assinados, na qualidade de Pais e Educadores das crianças do Jardim de Infância do Vale do Ferreiro, vimos reiterar a nossa profunda indignação e veemente repúdio pelo facto de continuarmos sem uma resposta aceitável quanto ao afastamento da cozinheira Sra. Adélia, bem como pelo facto de se encontrar inactivo todo um equipamento de cozinha novo e apto à confecção das refeições, quer para crianças do Jardim de Infância, quer para outras escolas ou instituições, neste caso, do Agrupamento.

Assim, vimos solicitar mais uma vez a V. Exa. resposta das instâncias competentes quanto à situação supra referida e já exposta no ano transacto à Câmara Municipal. Fomos, entretanto, informados que, actualmente, existe uma instituição privada que contratualizou com a Câmara Municipal a confecção das refeições para serem entregues em outras instituições públicas.

Face ao exposto e sensíveis ao argumento da necessidade do controlo da despesa pública por parte de quem tutela a instituição Jardim de Infância, mas sempre no âmbito da correcção e adequação das decisões tomadas no interesse dos frequentadores do Jardim de Infância, questionamos o seguinte:

- a) O custo-benefício foi devidamente ponderado?*
- b) O benefício que as nossas e outras crianças podem usufruir foi acautelado?*
- c) O prejuízo daquelas crianças foi devidamente avaliado?*
- d) O contrato com a instituição privada para o fornecimento de refeições é mais vantajoso para o Município do que a prestação do mesmo serviço através de um espaço novo, devidamente equipado e com pessoal qualificado e experiente como o que já existe?*

Somos de opinião que tudo devemos fazer para devolver as condições de funcionamento ao Jardim de Infância, quer para os nossos filhos, quer para os vindouros. E, assim, estamos disponíveis para, em conjunto com as entidades competentes, encontrar a melhor solução para todos.

Nestes termos, solicitamos o regresso imediato da cozinheira Sra. Adélia e o aproveitamento dos meios adequados existentes e que representam um custo para nós que, como tal, deve proporcionar o respectivo benefício”.

Para finalizar e tendo em conta a defesa do meio ambiente, queria saber como é que está a situação dos ecopontos. Em Dezembro tive aqui uma intervenção em relação a essa situação. É um problema que é genérico a todo o concelho e não só à freguesia de Oliveira do Hospital. Eu gostaria de saber como é que está essa situação, tendo em conta que, cada vez mais, temos solicitações. Porque isto não vale a pena falarmos teoricamente quando, na prática, não temos capacidade para disponibilizar os meios aos cidadãos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Outro assunto que eu queria aqui salvaguardar era a questão da Rua Dr. Virgílio Ferreira que continua num estado lastimável, põe em risco, diariamente, a circulação pedonal de várias pessoas que por ali passam. As pessoas não têm hipótese de circular, a não ser que vão para dentro de valas ou para dentro da via pública. Eu gostaria que esta situação fosse resolvida o mais célere possível.”

Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas:

“Eu penso que a introdução de algumas perguntas aqui são fundamentais para o esclarecimento porque, muitas vezes, joga-se contra a informação e aqui, no sítio próprio, poderei prestar alguns esclarecimentos de algumas atordoadas que passam por aí. Esta primeira intervenção não tem nada a ver com a E.T.A.R. de Alvôco.

Gostaria de começar a minha intervenção com a E.T.A.R. de Alvôco. É fundamental termos algum enquadramento e cada um assumir as suas responsabilidades neste processo. Eu não sou da opinião, neste momento, do meu amigo e Presidente da Junta de Vila Franca, João Dinis, de que as Águas do Zêzere teriam sido uma má opção. Poderão vir a ser uma má opção, na minha opinião, quando começarmos a pagar tudo. Poderá ser nessa altura. Neste momento não é porque eu acredito que um dos problemas mais prementes deste concelho... Porque não há concelho nenhum que tenha qualidade de vida com esgotos a céu aberto. Nisso estou absolutamente de acordo com o Eng^o José Vasco. Às vezes há alguma negligência e temos todos que fazer um esforço e o Município tem obrigação de fazer esse esforço e de se resolverem esses problemas de forma definitiva. Temos que estar atentos e limpar mais vezes, gastando dinheiro naquilo que nós pensamos que dá qualidade ao concelho. Não era por acaso que no meu programa eleitoral o saneamento básico era uma das minhas prioridades. A primeira era o emprego e, a seguir, o saneamento. E nós temos tentado resolver esses problemas.

Há um conjunto de obras lançadas e que foram negociadas com o anterior Executivo, que hoje vão dar a uma resolução de problemas. Poderá ter havido erros neste percurso. Mas foi para se encontrarem soluções.

Gostaria de dizer quais as E.T.A.R.'s que, neste momento, estão em construção: Fiais da Beira, São Sebastião da Feira, São Gião, Lajeosa – que se vai iniciar –, Lagares da Beira, Santa Ovaia, Seixo da Beira, Alvôco das Várzeas, Bobadela e a Sobreda, que se vai iniciar agora. Depois, há umas empreitadas que serão em dois mil e onze e que são daquelas que já estão construídas e que são remodelações: Ervedal da Beira, Vendas de Gavinhos, Santo António do Alva e Vila Franca da Beira. Estas E.T.A.R.'s sem dúvida nenhuma que vão dar muito mais qualidade ambiental ao nosso concelho e sobre isto não tenho dúvidas nenhuma.

Veremos mais à frente se o concelho tem capacidade económica para pagar tudo isto porque já hoje a factura que o Município de Oliveira do Hospital paga às Águas do Zêzere e Côa pelo funcionamento aqui da E.T.A.R. passou, há muito pouco tempo, de vinte e poucos mil euros para cinquenta a sessenta mil euros mensais. E esta despesa também vai aumentar a despesa corrente.

Sobre a E.T.A.R. de Alvôco, lamento que este assunto não tivesse sido despoletado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais cedo pois teria sido mais fácil ter-se encontrado uma solução que satisfizesse todas as partes. Parece-me que há aqui um problema tardio. Disse isto na reunião que tive em Alvôco. E pareceu-me que isto teria sido um problema de fácil resolução. Da parte do Executivo deste Município, houve e há toda a disponibilidade para se encontrar a melhor solução com a proprietária da obra, que a empresa das Águas do Zêzere e Côa. Da minha parte, houve a sensibilidade para reunir com a população de Alvôco. E não fiquei no meu gabinete. E não mandei lá o meu Vereador. Fui lá, dei a cara e conversei com as pessoas. Por isso, numa reunião logo no dia a seguir, foi decidido suspender os trabalhos. Os trabalhos foram suspensos por algum tempo para que possam ser estudadas hipóteses de melhoria do projecto ou da alteração possível para que, num futuro próximo, seja discutido novamente numa reunião com a população, no mesmo sítio onde estivemos.

Penso que se criaram aqui alguns problemas, como é nítido. A posição da Junta de Freguesia e da sua Assembleia, que foram eleitos tal como eu, é de continuidade das obras. Eu também não me posso alhear dessa posição. De qualquer maneira, devo também ter em conta a opinião do movimento de cidadãos que se juntaram para discutir este problema. Isto é democracia: ouvirmos as partes e tentarmos encontrar alguns consensos. O importante, na minha opinião, é, quando chegarmos ao fim deste processo, que haja alguma base de consenso pois percebemos que qualquer outra situação diferente daquela que existe – dos esgotos a céu aberto – é sempre melhor. E aquilo que eu me responsabilizo aqui é que Alvôco ficará sempre com uma melhor situação do que tinha anteriormente.

Acho que, neste momento, é prematuro falar sobre qual será a solução final pois depende de estudos que estão a ser feitos ao nível da empresa concessionária e não da Câmara. Eu acho que esta obra, quer ela saia do sítio ou fique no mesmo sítio, não tem a assinatura do Prof. José Carlos Alexandrino. Tem a assinatura desse consenso que eu quero que seja possível. Assim, desafio todas as partes envolvidas a esperarmos pelo trabalho final porque, na deslocalização, há alguns problemas que têm que se medir. Primeiro, é preciso fazer uma estação elevatória devido a não ser possível fazê-lo por gravidade devido ao leito de cheia.

Aquilo que também faltou na reunião – e já disse isso ao Sr. Presidente da Administração – foi um enquadramento 3D para se perceber quais são as soluções, de forma a tomar-se uma decisão final. O que é fundamental é que, nessa apresentação, sejam apresentadas as diversas soluções que estão a estudar. O que temos que perceber é que Alvôco não pode continuar à espera dos esgotos dois ou três anos porque as obras têm que ser lançadas rapidamente, seja ela qual fôr a solução.

A posição da Câmara é clara e há posições contraditórias neste processo. Por isso, vamos ser equilibrados, capazes de dialogar uns com os outros sem receios nenhuns. Acredito que este processo não é político, também o quero afirmar aqui. Acredito que poder-se-ia ter encontrado uma solução muito mais cedo e muito mais fácil, a contento de todos. Hoje as coisas são mais difíceis. Mas foi para isso que fomos eleitos, para enfrentar os problemas com coragem. Mas também fomos eleitos para tomar decisões, independentemente dos ónus. Neste momento, tenho algumas dúvidas em relação a algumas coisas mas, depois de ver, tomarei uma posição pública sem ser a agradar a uns ou a outros. É esse o compromisso que eu faço aqui. O sítio, desde o início, talvez não fosse o ideal. Mas não foi o anterior Executivo, assim



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como não fui eu que comprei alguns terrenos que aí estão.

Começaria pelo Sr. Manuel Garcia e sobre a construção da E.T.A.R.. Eu tenho conseguido, com as Águas do Zêzere e Côa, o aproveitamento das ligações técnicas. Acontece isso no Seixo, em Lagares, em Aldeia das Dez. Como têm construído algumas ligações técnicas entre as fossas e a E.T.A.R., tenho aproveitado os levantamentos que eles fazem e têm feito também o levantamento do saneamento. Assim, o projecto que adjudicam a uma empresa, levam algumas obras nossas para que, depois, as possamos articular.

Outro problema é o facto da Recta da Salinha e da Catraia de São Paio não terem rede de saneamento. Há um conjunto de algumas localidades que ainda não têm água nem esgoto.

Ontem estive numa reunião com a Dra. Isabel Damasceno por causa de algumas candidaturas do Ciclo da Água e comprometeu-se comigo que abriria uma nova linha de financiamento para Janeiro ou Fevereiro, quando eu já tivesse alguns projectos.

Há um outro assunto que me incomoda bastante que é a empreitada do saneamento da Gracovil, que a empresa tornou-se insolvente, foi para Tribunal e houve aqui um problema com um valor de vinte e cinco mil euros que eles reclamavam. Estamos agora em condições de lançar essa obra porque penso que é uma injustiça que ainda não esteja realizada. Criou-se muita expectativa às pessoas e tem havido muita pressão por parte da população para se resolver aquele problema, com lógica.

Sobre a limpeza do furo da água, parece que houve um problema de assoreamento. Eu penso é que a empresa, numa semana, já teve tempo de resolver o problema, até porque estamos a incomodar os bombeiros.

Sobre a catástrofe que aconteceu no Rio Alva, queria deixar aqui uma palavra aos nossos bombeiros e às nossas equipas de sapadores. Ainda não tenho os dados finais mas, entre quinze de Julho e trinta de Agosto, Oliveira do Hospital teve perto de duzentas ocorrências. No entanto, a área ardida, em relação ao número de ocorrências, foi absolutamente diminuta. Isso deveu-se, sobretudo, a um grande trabalho dessas equipas e da forma como elas foram capazes de se articular com os nossos serviços técnicos e com uma pessoa também muita capaz e que é o Eng^o José Carlos, o engenheiro florestal, que é uma pessoa realmente com grande disponibilidade, assim como os bombeiros e os sapadores. Penso que, nesse aspecto, o nosso concelho está de parabéns porque, noutra altura qualquer, as consequências podiam ter sido piores, tal como foi em Seia. As máquinas da ADESA, que têm uma intervenção rápida, também ajudaram em Valezim. O Sr. Governador Civil da Guarda e o Sr. Governador Civil de Coimbra pediram se Adjunto Sousa, que faz o combate com os nossos operadores... Muitos municípios não fazem o combate aos incêndios com as máquinas.

Assim, queria deixar aqui esta minha admiração. Acho que o dinheiro que se dá aos bombeiros – dentro de determinadas regras – é bem empregue porque eles fizeram, realmente, um excelente trabalho.

Sobre o caso de Seia, é outro concelho e, por uma questão de ética, não me vou pronunciar mas tenho uma opinião muito própria sobre aquilo que aconteceu, até porque estive presente no cenário das operações. Mas, logicamente que nos influenciou. E foi de tal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordem que influenciou a qualidade da água que esteve sempre potável, em termos microbiológicos. Mas não tinha qualidade, em termos de odor. Mas houve um grande esforço de todas as partes. Foi traçado um plano de emergência e houve hipóteses muito alargadas de não haver água potável em toda a que vem da Senhora do Desterro. E foi preciso traçar um plano de emergência para o caso de ela vir a faltar. As nossas captações – no Rio Alva, por exemplo – estiveram a trabalhar durante o Verão para que a água não faltasse pois não era suficiente.

Ainda sobre a questão do Rio Alva, esteve cá um conjunto de pessoas: os Governadores Cívicos da Guarda e de Coimbra, o Presidente da Câmara de Seia, o Presidente da Junta de Sandomil, os nossos Presidentes das Juntas de São Gião, Penalva, São Sebastião da Feira e Avô. E decidiram-se algumas coisas. A Hidráulica vai colocar vai colocar algumas barreiras, sobre onde há captações de água. E agilizaram-se alguns processos no que respeita à limpeza das margens. Vai haver uma autorização da A.R.H. no sentido das pessoas poderem fazer as limpezas. Mas, para mim, isto só melhorará se houver um Inverno bastante rigoroso. Acredito que vá haver alguma regeneração. Penso que haverá alguns que poderemos intervir, em termos humanos, com a colaboração dos técnicos.

Continuando, queria agradecer as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela porque há aqui quem tenha ideia que o concelho tem festas a mais. Assim, fico contente quando o Sr. diz que as festas que se realizaram na Bobadela foram positivas. E começo a esbater a crítica pela crítica. Sobre as Férias Arqueológicas, veja como este Executivo também tem algum mérito: agarrou num jardineiro, que tem uma licenciatura do ensino superior, e transformou-o naquilo que ele é bom e que é a arqueologia. E o que deu visibilidade a este projecto foi a cobertura que a RTP lhe deu, ao mostrá-lo a nível nacional como uma boa prática. Sobre o Centro de Interpretação da Bobadela, na última reunião, o Sr. Vereador Mário Alves colocou este assunto. Como sabem, não é da responsabilidade da Câmara. Assim pedimos uma reunião ao IGESPAR para discutirmos este assunto. Também fizemos uma candidatura financeira, nas Aldeias do Xisto, para fazermos um filme histórico, com as pessoas da Bobadela, e com um orçamento de cerca de cem mil euros. Este filme seria para ser exibido no Centro de Interpretação. Por isso, consideramos que o Centro de Interpretação deve ser agilizado porque a Bobadela é um produto que também tem que ser vendido, não só o Vale do Alva. E eu acredito que o futuro deste País passa muito pelo turismo. E não podemos perder as oportunidades que temos no concelho em relação às nossas belezas naturais.

Também gostaria de dizer ao Prof. João Dinis que temos um grande programa de comemorações do Centenário da República pois o nosso Feriado Municipal está relacionado com a implantação da República. O programa vai do dia quatro ao dia sete de Outubro e gostaria de vos convidar a estarem presentes. Gostava de fosse prestada essa homenagem à República, sobretudo aos ideais que ela pressupunha trazer.

Sobre o Orçamento, eu gostava de fosse um Orçamento Participativo. Tem havido algumas negociações com as Juntas de Freguesia, como eu acho que deve ser feito, assim como com os Srs. Vereadores e com as outras forças que também fazem parte dos órgãos municipais. Gostaria, assim, que tivesse um Orçamento discutido e que ele tivesse as sensibilidades, percebendo que não se pode alcançar tudo. Também queria dizer que este



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município, em termos de receita directa, tem menos perto de quinhentos mil euros, devido aos cortes. Há também uma verba que temos que devolver dos caminhos, no âmbito do AGRIS, de cerca de cento e vinte e cinco mil euros. Por isso, temos que ter tudo isto em conta. Mas haverá aqui uma negociação séria.

Quanto à questão da piscina, colocada pelo João Dinis, eu também acho que devia haver uma piscina, não em cada freguesia mas em cada local. E os locais são oitenta e oito. Acho que devemos fazer opções. Quanto às piscinas do Seixo, estava no meu programa que faríamos uma piscina na Cordinha. Mas a possibilidade de uma piscina aquecida só tem a ver se ela for comparticipada, se houver uma comparticipação do Município. De qualquer maneira, acho que é importante interligar toda aquela zona da Cordinha. Mesmo sendo para três meses, acho que é um equipamento que fazia falta. Houve até um problema com a piscina. A primeira piscina que foi adjudicada tinha umas dimensões muito limitadas e assumimos que houve um erro de planeamento. Foi suspensa, está a ser corrigida e essa alteração vai ser levada a reunião da Câmara. Penso que as piscinas, no seixo, vão ficar lá bem e que não serão viradas para a freguesia do Seixo mas para toda a zona da Cordinha. Em Vila Franca, certamente que haverá outros equipamentos, nesse equilíbrio que deverá haver entre as freguesias daquela zona, para haver um desenvolvimento harmonioso. Mas os equipamentos têm que ser dimensionados de acordo com a sua taxa de utilização pois, atrás de si, trazem despesas de manutenção, despesas correntes. Assim, tem que haver algum equilíbrio nessas opções. De qualquer maneira, também acho que deve haver algum equilíbrio na zona. Há um grupo em Vilela que quer fazer uma piscina da Liga dos Amigos e veio falar connosco. E nós prometemos-lhes algum apoio.

Quanto às luzes, o que foi dito às Juntas foi, se tiverem alguma lâmpada que não esteja a ser útil, que nos digam que ela será passada para outro sítio onde seja necessária dentro da freguesia. Nós não dissemos para apagarem as lâmpadas. Mas conheço casos que as lâmpadas são quase desnecessárias, sobretudo no Inverno, nomeadamente na zona do Pólo da Cordinha, onde, brevemente, se irão instalar duas empresas.

A propósito do Pólo Industrial da Cordinha, acredito que, logo que haja algumas empresas naquela zona, haja condições para outras empresas se instalarem. E, a alguns dos empresários que adquiriram lotes nos anteriores mandatos, demos novos prazos para iniciarem os seus investimentos, uma vez que os prazos estão ultrapassados e podemos accionar a cláusula de remissão.

Sobre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, quero afirmar que é demasiado importante para Oliveira do Hospital a perder. E o Sr. Ministro do Ensino Superior disse-me que, se necessitarmos de parecer positivo para a Câmara se candidatar ao POVT, que contasse com ele mas que, com dinheiro não poderia contar. Perante este quadro, perante este dilema e percebendo que a ESTGOH é demasiado importante para Oliveira do Hospital, admito que o Município tenha que fazer um esforço para que ela fique cá. Senão, poderemos vê-la partir porque, dentro do IPC, nem sempre foi pacífica a instalação desta Escola. E nós conhecemos quais são as forças que se movimentam contra a Escola. Esta semana estive reunido com o Presidente da Escola Superior, o Eng^o Jorge Alexandre, e ele deu-me alguns dados que ainda me deixaram mais preocupado do que estava anteriormente. Mas a minha opinião é que o Município invista o mínimo possível. Num investimento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerca de três milhões de euros, quero que o Município invista só cerca de vinte por cento. Estou disponível para “salvar” a Escola pois ela tem um impacto tal em Oliveira do Hospital que só quando a perdermos é que lhe daremos esse valor. Por isso, dentro daquele investimento que referi, se o Município tiver que fazer um sacrifício, fá-lo-á. Não pode é ser algo megalómano. E a minha posição é esta. Pode-se é concordar ou discordar. Eu não vou abdicar desta ideia que tenho e que constitui uma grande prioridade do concelho de Oliveira do Hospital.

No que respeita ao problema do nemátodo, quero dizer que estou bastante preocupado pois, recentemente, o Eng^o José Vasco disse-me que daqui a vinte anos não haverá pinheiros. Mas quero dizer que o problema esteve na prevenção. Eu ouvia falar que havia dinheiro do Ministério da Agricultura para que isto fosse prevenido mas que não se conseguiu erradicar. O que eu acho é que tem havido muitos milhões de euros para se resolver este problema e que não se resolve, da mesma forma que houve dinheiro para a limpeza das matas e que continuam na mesma.

Em relação à intervenção do Dr. Rodrigues Gonçalves e às festas, eu gostaria de perguntar aqui aos Srs. Deputados se devemos ou não continuar a fazer a EXPOH. Acho que a resposta é clara: devemos fazê-la, mesmo que tenha alguns custos para o Município. Nem tudo correu bem este ano, mas foi a primeira vez. No próximo ano vamos ter que melhorar alguns aspectos. Também se fez a Feira do Livro, a Volta a Portugal e o Verão Total. Quanto ao Verão Total, que foram seis horas de emissão, não é verdade que tenha custado um “dinheirão”. O Verão Total não chegou a três mil euros. Oferecemos o almoço e pagámos umas dormidas à equipa de reportagem no Hotel. Foram estas as condições. A televisão não nos cobrou nenhum *cachet*, como aí se apregoa. Nós conseguimos que a RTP tenha vindo cá, com a ajuda – e quero referi-o aqui – do Luís Baila, um alvicense. Depois, pareceu-me que todas as localidades gostariam de ter aparecido na televisão, que todos os grupos deste concelho gostariam de ter passado na televisão. Mas queria dizer que, se mando no Município, na televisão ainda não mando. Nós não escolhemos nenhum grupo. Eles pediram-nos um conjunto de conteúdos e eles é que fizeram a selecção. Na informação que enviámos sobre as forças vivas que contribuem para o desenvolvimento da região integrámos a ESTGOH, a ARCIAL, a FAAD e a Santa Casa da Misericórdia – e esta última indicação nada teve a ver comigo. Quanto às actividades económicas amigas da natureza, indicámos o NDEIB e o Grupo Sonae Indústria. E o Sr. Fernando Tavares Pereira, que é o Presidente do Núcleo de Empresários, tivesse lá ido falar, era porque apoiava o Prof. José Carlos Alexandrino. Quanto ao património, foi indicado o Fórum Romano da Bobadela, a Igreja Moçárabe de Lourosa, a Capela dos Ferreiros, os Monumentos Megalíticos e as Palheiras dos Fiais. Admito que tenha faltado algum aqui, nomeadamente a Laje Grande, em Meruge. Nos produtos endógenos, indicámos os enchidos, a broa, vinhos e compotas. Pediram, também, figuras públicas naturais do concelho e nós nomeámos a Ministra do Ambiente, António Campos, Carlos Martins, Luís Baila e Agostinho de Almeida Santos. Quanto às romarias e feiras, indicámos a Feira do Queijo Serra da Estrela (Oliveira do Hospital), a Feira do Porco e do Enchido (Meruge), a Feira da Castanha (Aldeia das Dez), a Feira das Sopas (Santa Ovaia) e a Feira do Pão, das Bolas e dos Bolos (Seixo da Beira). Nos grupos musicais, indicámos a Ophicina de Música e Artes, Grupos de Danças, Grupos de Concertinas, Ranchos Folclóricos, Bandas, Tunas e Grupos de Teatro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eles é que fizeram as escolhas para o programa. Querem responsabilizar o Presidente da Câmara pelos conteúdos cuja opção foi da parte da RTP? Eles não nos deixaram intervir na escolha de nada, nem quiseram que a Câmara contactasse ninguém.

E, agora, eu pergunto: valeram a pena as seis horas de emissão? Valeram. Porque me ligaram pessoas de diversos países onde a emissão passou a agradecerem por “estar a abrir o concelho ao mundo”. Acho que foi óptimo, que valeu a pena e que divulgámos bem Oliveira do Hospital.

Sobre a EXPOH, queria que ficasse hoje esclarecido que, numa primeira fase, a Câmara investiu vinte e cinco mil euros. Numa próxima reunião, vou propor um apoio adicional de trinta e cinco mil euros. Portanto, o custo final não chega a cerca de sessenta mil euros.

Sobre a ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, está neste momento em discussão pública. Mas esta questão será abordada numa outra Assembleia e não hoje, pois haverá uma reunião extraordinária para a aprovação desta ampliação. Penso que é uma pequena conquista, em termos de desenvolvimento económico. Conseguiram-se ultrapassar problemas, com a boa vontade da C.C.D.R.C..

Sobre o Bairro João Rodrigues Lagos, eu penso que se discutir o regulamento com as forças, para que haja alguma justiça, pois aquelas casas devem estar à disposição de quem precisa.

Ainda sobre a questão social, queria dizer que nas atribuições dos subsídios aos alunos do primeiro ciclo – que é competência da Câmara – há coisas de “bradar os céus”. Hoje, estão ligados ao abono de família e vemos muitas injustiças.

Sobre a Escola do Vale do Ferreiro, quero dizer que foi o Executivo anterior que encerrou aquele refeitório. Mas, na minha óptica, encerrou bem. De qualquer maneira, quero dizer que com as nossas IPSS’s, a quem fizemos a adjudicação, às vezes torna-se mais barato. Portanto, neste momento, está entregue a uma IPSS, não a uma empresa, que tem lucro selvagem.

Para terem uma noção da importância das IPSS’s no concelho, quero informar que um levantamento recente refere que dão trabalho a quatrocentos e setenta e cinco pessoas, sem contar com a FAAD na parte hospitalar. E empregam também um número elevado de técnicos qualificados. Por isso, apraz-me registar aqui o trabalho que estas instituições fazem. Mas este é o caminho que temos que seguir. Também estamos a tentar encontrar uma solução para o Lar e para a Casa da Criança de Travanca de Lagos.

Penso que respondi a todas as questões mas, se alguma persistir, estou disponível para receber toda a gente porque é assim que eu entendo que deve ser o papel do Presidente da Câmara”.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca, Prof. João Dinis, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria esclarecer que, quando eu defendo a questão da piscina, é a piscina anexa à Escola EB da Cordinha que, por acaso, ainda fica na freguesia de Ervedal da Beira, embora



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito próxima da fronteira. É que, hoje, já ninguém aprende a nadar ou pode nadar no Rio Seia, na ribeira tão ligada às nossas infâncias. E a piscina, de facto, não é luxo. E uma piscina coberta que ali pode ser feita. E o Sr. Presidente da Câmara tem furado e tem-se mexido permanentemente, com a Segurança Social e com o Ministério da Educação. A Segurança Social porque há lá o Lar e Centro de Terceira Idade, sedeados no Ervedal e que servem a Cordinha. Há três mil e trezentos eleitores na Cordinha. No concelho de Soure conheço, pelo menos, seis piscinas cobertas.

Quanto à questão da luz, sei que o Sr. Presidente não faz nada sem avisar os Presidentes das Juntas. Não era isso que eu estava a dizer. No último pedido que a Junta de Vila Franca fez – duas ou três lâmpadas – os serviços é que me informaram que isso estava suspenso. O que eu acho é que, em caso de extrema necessidade, se podem fechar as luzes alternadamente, se for possível tecnicamente. Isto durante alguns períodos da noite, sem pôr em causa a segurança dos cidadãos. Isto porque hoje, os problemas de insegurança também estão a aumentar em flecha no nosso Município. E é claro que o escuro favorece esse tipo de coisas. Mas é sempre possível haver alternativas.

No que respeita às Águas do Zêzere e Côa: eu detesto ter razão sozinho. Primeiro: as Águas do Zêzere e Côa foram uma má opção. Estivemos de dois mil e quatro a dois mil e dez à espera que a água chegasse às torneiras. Há um incêndio na Serra da Estrela e a água de todo o Município é suja porque vem toda do mesmo sítio. E, agora, em alguns períodos de Verão, a água já não chega e tem que se mobilizar as captações próprias do Município. Fui o único que votei contra essa concessão. Detestarei continuar a ter razão sozinho.”

Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Gostava ainda que deixar aqui uma palavra a um campo de férias que foi organizado pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Inclusive, a Dra. Ana Paula Nobre disse que faria aqui, hoje, o elogio porque teve lá um ou dois filhos e tem uma opinião muito positiva sobre essa iniciativa. Estiveram envolvidas quarenta e seis crianças, entre as quais as que são acompanhadas pela C.P.C.J.. A Câmara nada teve a ver com a organização dessas férias. O mérito é da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Queria, assim, dar os parabéns à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, na pessoa do seu Presidente, pois foi uma boa experiência.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – , tendo intervido o Presidente da Junta de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis:

“Para começar e porque, de certa forma, está relacionado, queria dizer que não há festas a mais; há festas a menos. Se possível, devia ser festa todos os dias. O problema é que não se pode. Mas a verdade é que alguns, se pudessem, tiravam as festas todas ao Povo. E ficavam com as festas só para eles, como fazem noutros sectores: na economia e outros. Se pudessem e se os deixassem.

Ainda sobre as Águas do Zêzere e Côa, queria lembrar que Vila Franca da Beira continua a ter duas fossas sépticas a drenar a céu aberto.

Na informação que nos foi remetida, refere que, até trinta e um de Agosto, há uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

baixa execução orçamental. Portanto, oito meses são dois terços do ano e só há um terço de execução orçamental. Portanto, há uma baixa execução orçamental. A execução da despesa é inferior à execução da receita, o que significa que há mais receita que despesa. Isso pode significar cautela orçamental mas, se calhar, cautela excessiva. Também porque o empréstimo que a Câmara tem na Caixa Geral de Depósitos não está a ser muito mobilizado até ao momento. Eu sei que, com o arranjo da estrada do Moinho do Buraco, isto vai aumentar a curto prazo e ainda bem.

Por outro lado, creio que é necessidade de agilizar pagamentos e até algumas transferências para as freguesias. Também sei que são objectivos que o Sr. Presidente da Câmara persegue e que tem presente essa situação.

É necessário cumprir o Orçamento e, nomeadamente, o Orçamento da Despesa. Se essas dificuldades persistirem, estou em crer que as freguesias estão disponíveis para ajudar a superar as dificuldades, digamos assim.

Se o Sr. Presidente da Câmara quiser, no próximo ano pode transferir, para as juntas de freguesia, um milhão de euros em vez dos quinhentos mil que transferiu este ano. Ele próprio já referiu esse desejo.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou, depois, a palavra:

“Há aqui dois ou três problemas que o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca afirmou e que são verdade. Neste momento, a taxa de execução é relativamente baixa. Mas eu penso que em trinta e um de Dezembro haverá uma taxa muito maior pois estão a decorrer grandes obras: a estrada de Aldeia das Dez a Vale de Maceira, a estrada da Ponte do Salto ao limite com Travancinha e Zona Industrial do Seixo da Beira, a estrada da Lajeosa e o saneamento entre o cruzamento da estrada 230 até à Capela. Há aqui um conjunto de grandes investimentos.

Também gostava de abordar aqui a questão da Biblioteca. Como sabem, era minha opinião que a Biblioteca devia ser construída no local do antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas. A obra da Biblioteca tinha uma candidatura aprovada no âmbito da contratualização com a CIMPIN. Mas, o Secretário de Estado que coordena os meios comunitários ameaçou que, já que há uma execução muito baixa – a CIMPIN, por exemplo, tem oito por cento de execução –, se não houver projectos para elevar esta taxa de execução, retiraria o dinheiro e entregá-lo-ia a quem tivesse projectos.

Como sabem também, a estrada do Moinho do Buraco não tem comparticipação. Neste momento, há municípios que têm o dinheiro mas não têm projectos. Então, estou a negociar com o Sr. Presidente da Câmara de Pedrógão no sentido de ele me ceder-me uma verba – para que a CIMPIN não fique sem o dinheiro – e comparticiparmos esta estrada. É possível fazer isto. Ontem mesmo tive uma reunião na CCDRC e outra na CIMPIN para se resolver este problema.

Mas, quanto à Biblioteca, não havia tempo para fazer a alteração pretendida pois poderíamos vir a ficar sem a comparticipação. Digo-vos que tenho convicções próprias mas entendo que com o dinheiro público não se pode brincar. Assim, seria uma responsabilidade da minha parte perdermos o dinheiro que estava contratualizado. Então, decidi que as obras da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Biblioteca não podiam ser suspensas e teriam de prosseguir. E, neste momento, as obras decorrem normalmente. Mas, deixem-me dar-vos alguns dados: a obra foi adjudicada por quinhentos e setenta e quatro mil euros o que, acrescida de IVA, dá quinhentos e noventa e cinco mil euros. A comparticipação são trezentos e quarenta e nove mil euros, que, neste momento é de uma taxa de cinquenta e nove, zero, quatro mas que pode vir a melhorar para oitenta por cento. E eu pergunto: mesmo que esta não tenha sido a minha solução, não tinha condições para perder esta verba de trezentos e cinquenta mil euros. Assim, não tenho problemas em reconhecer que voltei atrás. O que também me apraz dizer é que esta obra já tem trabalhos a mais no valor de duzentos e vinte e dois mil euros. Isto tem a ver, sobretudo, com deficiências do projecto.

Mas, até trinta e um de Dezembro, melhoraremos certamente a taxa de execução do Orçamento, com este conjunto de obras que, este momento, já se encontram a decorrer e a ser lançadas.

Também queria dar conhecimento que fui contactado pela Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla para fazerem uma Unidade de Cuidados Continuados aqui em Oliveira do Hospital. Têm uma delegação em Viseu e outra em Coimbra e queriam uma zona central. Eles só pretendiam a cedência de um terreno por parte do Município. Eu desafiei algumas juntas de freguesia e algumas associações para ver se tinham algum terreno e queriam a Unidade para as suas freguesias. A SPEM já veio ver quatro terrenos. É um investimento de dois milhões de euros, com sessenta postos de trabalho directos. Penso que é importante que isto se viesse a concretizar.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Emissão, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, de Declaração de Interesse Municipal na desafecção, da Reserva Ecológica Nacional, da área necessária à ampliação do cemitério de Aldeia Formosa, sito na freguesia de Seixo da Beira.

Não havendo nenhuma intervenção sobre este assunto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal, termos da alínea b) do nº 3 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, deliberado considerar de Interesse Municipal a desafecção, da Reserva Ecológica Nacional, da área necessária à ampliação do cemitério de Aldeia Formosa, sito na freguesia de Seixo da Beira, atendendo a que consiste apenas na ampliação de um equipamento já existente no local, que se encontra lotado, e de grande relevância, quer para a freguesia de Seixo da Beira, quer para o concelho de Oliveira do Hospital, e que não existem alternativas de localização em áreas não integradas na REN.

Depois, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição da Medalha de Mérito Municipal às seguintes entidades / individualidades:

- Associação Desportiva Nogueirense
- Sr. Adelino Carlos Pires Santos Costa
- Sr. António Correia Dias
- Sr. Aristides Gonçalves da Costa

Sobre este assunto, tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

António Lopes:

“Na campanha eleitoral que me aqui trouxe, disse sempre que privilegiaria o diálogo, que é a única forma que eu entendo a política. Portanto, estamos todos aqui com a mesma qualidade de votos, com os votos dos munícipes oliveirenses. Penso que quem está aqui está por direito próprio e, como tal, temos que ter essa situação em conta.

Antes de aprofundar este assunto, queria cumprimentar a Sra. Presidente do PSD, que hoje nos honra com a sua presença. Não tive o privilégio e o prazer de a cumprimentar no dia da eleição porque na altura não tinha o contacto. Já me referi às eleições das duas concelhias na sessão anterior mas, como a Senhora está hoje aqui presente, saúdo-a, congratulo-me com a sua presença e desejo-lhe que, de facto, tenha um mandato profícuo, que o concelho terá muito a ganhar com isso.

Portanto, e dizia que sempre tenho tentado que haja aqui um debate democrático, que haja uma união plural, com respeito a esse mandato que todos temos e aos votos que todos recebemos. Na última Assembleia foi aqui dito para se nomear uma comissão de todos os partidos para que os nomes que hoje aqui fossem propostos fossem consensuais.

Essa comissão reuniu. Estive eu próprio, esteve o Sr. João Esteves e esteve a Sra. Dra. Luísa Vales. Por unanimidade, encontrámos aqui uma lista de cidadãos a homenagear. O Sr. Presidente teve a humildade democrática – não tinha que o fazer – de submeter à Assembleia previamente. Pareceu-me uma boa metodologia, dentro dos princípios que foram aqui enunciados. E essa comissão chegou a um consenso sobre determinados nomes.

A Câmara Municipal, cujas decisões têm que vir aqui para serem sufragadas e não o contrário, entendeu tomar uma decisão diferente daquela que essa comissão aqui tomou. A primeira questão que se me põe é que seria importante – e foi isso que eu sempre pedi – que houvesse elevação democrática, que houvesse respeito pelas instituições. Seria importante que os partidos falassem a uma só voz, senão somos aqui confrontados – neste caso concreto e objectivo – com uma situação em que o Partido Social Democrata e o Movimento Oliveira do Hospital Sempre tiveram uma posição nesta Assembleia e tiveram uma posição diferente na Câmara Municipal. Isto não me parece que dignifique o partido e o grupo que o fez, e o que me preocupa é que não dignifique esta Assembleia e os órgãos do Município. Portanto, eu não posso deixar passar isso em claro, até pelas ressalvas que já fiz aqui na Assembleia anterior sobre uma manifestação que também lá houve. Está vertida em acta e não vou agora perder aqui tempo sobre isso. Os Srs. Vereadores visados estão hoje aqui. Por certo também leram a acta e sabem o que é que aqui foi dito, de certeza absoluta. Por isso, eu quero dizer aqui na presença aquilo que disse. Não retiro uma vírgula ao que aqui foi dito.

A posição de princípio do Presidente da Assembleia Municipal era de propor a esta Assembleia a suspensão deste ponto porque, quando aqui falámos na Assembleia previamente se pronunciar, é porque eu entendo que as homenagens às pessoas devem ser unânimes. Ou, de facto, as pessoas são reconhecidas pelo Município, pelo seu trabalho, pelo seu empenho e pela sua forma de estar, ou, se há dúvidas, penso que não se deve fazer.

Por isso, eu achei bem que a Assembleia, que tinha que se pronunciar *a posteriori*, o fizesse prematuramente para que a Câmara soubesse que, quando estava a decidir, estava a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decidir bem e prestarmos a nossa homenagem às pessoas por unanimidade, como nos compete.

Assim não foi entendido e a Assembleia está agora aqui confrontada em ter que votar o que uma comissão da mesma Assembleia não aprovou, com a agravante que eu tenho de não estarem aqui as outras duas pessoas que estiveram comigo na comissão.

Ainda assim, para não criar um facto político e não sei se passarei por outro... Não estou nada “agarrado” a esta cadeira. Estou neste lugar porque a vontade maioritária dos membros da Assembleia assim o entendeu, o que eu agradei e volto a agradecer. Mas eu estou aqui essencialmente para combater determinadas formas de fazer política neste concelho que, pelos vistos, ainda não se dissiparam completamente. Portanto, ainda se notam resquícios dessa forma de estar e de fazer política. Como eu disse, não estou disponível para isso em para deixar desprestigiar o órgão de que eu sou Presidente.

Dito isto e porque se trata de pessoas – e aqui estou muito à vontade porque são pessoas reconhecidamente de um quadro ideológico que não é o meu – vou pedir aos Srs. membros da Assembleia que, quando for o momento e sem prejuízo da opinião e da liberdade de cada um dos Senhores, façamos estas homenagens o mais consensualmente possível. Eu ficaria muito satisfeito que, pelo menos, não houvesse nenhum voto contra. É um pedido que deixo aqui expresso. Só pretendo, com esta minha intervenção, relevar o acto e a homenagem que lhes queremos prestar.

Mas acho que, de facto, tem de haver algum cuidado porque na política não vale tudo. Eu não me revejo na chicana política que há quatro anos e meio afecta este concelho. Combatia, manifestei-me aqui várias vezes. E eu gostaria muito que ela não viesse aqui para dentro desta Assembleia porque, se vier – digo-o já claramente – não estou disponível para isso e abandonarei o cargo que actualmente tenho.

A pessoa que foi excluída foi o Sr. Prof. Henrique de Barros. Penso que não preciso de dizer quem foi o Prof. Henrique de Barros. E, porque é que estava lá esta pessoa? Porque este ano – como já aqui foi dito e todos sabemos – comemoram-se os cem anos do fim da monarquia. Eu prefiro dizer assim do que da implantação da república. E o Sr. Presidente da Assembleia da República, a seguir ao vinte e cinco de Abril, que, para mim, é quando efectivamente começou a república para o povo... Até o próprio PSD lhe fez uma homenagem. Tem um busto no salão nobre da Assembleia da República. Penso que o Sr. Presidente da Assembleia da República, se desempenhar bem o seu cargo, tem que ver com o todo nacional, não só com Oliveira do Hospital, sendo que tinha aqui algumas ligações.

Mas não foi só isso. Os Executivos anteriores – e bem, a meu ver – homenagearam aqui os militares de Abril, por altura dos trinta anos, e também aí foram homenageadas personalidades ou personalidade que estariam numa situação idêntica ao Prof. Henrique de Barros. Portanto, não percebo os pruridos agora. Está a tratar-se de homenagens. Não quero estar a politizar isto em demasia mas também não ficava bem com a minha consciência se não fizesse este reparo e pedir encarecidamente, já que a Sra. Presidente do PSD aqui está e os principais responsáveis do movimento independente Oliveira do Hospital Sempre. Sabem que sou uma pessoa frontal. Sabem que eu gosto de um debate político. Aliás, acho que uma pessoa que temos que homenagear um dia destes é o João Dinis, não só porque presta um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande serviço ao concelho, mas, efectivamente, dá razão de ser à existência desta Assembleia, com a qualidade e a elevação que temos que lhe reconhecer. E vocês sabem que eu o critico muito e que até tive umas “pegas” duras com ele, recentemente. Mas isso não me coíbe de analisar e apreciar as qualidades de cada uma das pessoas.

Era isto que eu deixava aqui dito. Há um precedente. Pelo menos que eu conheça, há um precedente muito idêntico. E o que é que acontece? O desejo das opiniões plurais, o desejo dos consensos transformou-se em ingenuidade. E eu quero dizer às forças concorrentes que aqui estão, que eu posso ser tudo mas ingénuo não sou. E não quero levar isto muito para o lado político. Estamos a falar de pessoas mas acho que foi um muito mau precedente. Os Srs. Vereadores, se quiserem usar do direito de resposta, democraticamente, estão à vontade para o fazer. Mas eu não podia deixar de manifestar esta minha posição.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu sou agora aqui confrontado com pormenores desta situação que não tinha ainda percebido. Mas tenho que me solidarizar com toda a fundamentação da parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e com a elação que ele tira desta situação. Pelo menos em termos de futuro, isto não deve voltar a acontecer.

Houve um acordo anterior para que se obtivesse um consenso junto dos elementos da Assembleia Municipal. Neste caso concreto, houve a aceitação do método. Ninguém pôs o método em causa. Neste caso concreto, houve uma deliberação da parte dos três membros mandatados pela Assembleia Municipal. Logo, os Srs. Vereadores não deviam ter tomado posição diversa uma vez que os partidos que estavam na Assembleia Municipal eram exactamente os mesmos que estavam na Câmara Municipal. Se o quisessem fazer, deviam ter voltado a reunir com os elementos da Assembleia Municipal. Não o fizeram.

Sendo assim e como o Sr. Presidente da Assembleia disse há pouco, eu também comungo desta posição de que não se deve prolongar o problema. Deve resolver-se. Eu penso até que já são públicos, que já foram pedidos os *curricula*. Devem manter-se as quatro pessoas que estão indigitadas para receber a agraciação. Eu proponho que, aos quatro, seja acrescentado o nome do Prof. Henrique de Barros.”

Face a esta proposta, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu:

“Eu tenho alguma dúvida quanto à legalidade desta situação porque o que o Regulamento diz – e bem – é que tem que ser aprovado pelas duas instituições e já não temos tempo. Eu sugiro que avancemos com a votação.”

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Houve aqui um conjunto de intenções e eu não estava à espera que fôssemos discutir alguns nomes, como aconteceu na reunião da Câmara. Os nomes já tinham sido, de certa forma, consensualizados pelas forças. Toda a gente trouxe um conjunto de nomes, cinco ou seis nomes. E não é possível “meternos” dezoito pessoas. E, neste grupo de pré-preparação teve que haver cedências, houve uma negociação. Conversámos entre todos e houve uma base de entendimento. O problema é que chegámos à reunião de Câmara e começaram-se a discutir outra vez os nomes como se não tivesse havido nenhuma discussão anterior. E aqui é que não foi ético pois tinha havido um consenso. Quero dizer que o Prof. José Carlos disse que o que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava em causa não era o nome mas o facto de não ter enquadramento no Regulamento. Mas o problema é que em dois mil e quatro... Eu vou perguntar se este nome diz alguma coisa a muitas pessoas. O Prof. Henrique de Barros – cunhado do Marcelo Caetano – tinha casa nos Fiais, era um Homem de dimensão nacional. A Câmara Municipal de Almada atribuiu-lhe a mais alta medalha do concelho, que é a Medalha de Ouro da Cidade.

Havia um precedente neste enquadramento do Regulamento que foi com o General Hugo dos Santos. E eu pergunto: nesse tempo, em que o Prof. José Carlos era vereador, não tinha o mesmo enquadramento que o Prof. Henrique de Barros? Parece-me que sim. Esta questão do Regulamento não se devia ter posto porque havia um acordo e havia a figura de Henrique de Barros ligado a Fiais da Beira. Eu acho que, quando se faz um acordo de cavalheiros, devia ser cumprido. Mas isto são pequenas aprendizagens que vamos fazendo. E acho que não temos condições objectivas para votar aqui a proposta do Prof. Henrique de Barros e a Assembleia “passar por cima” da proposta da Câmara.”

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves retirou a proposta de inclusão do nome do Prof. Doutor Henrique de Barros na lista das entidades a homenagear.

Seguidamente, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, da proposta da Câmara Municipal para atribuição de Medalhas de Mérito, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

- Associação Desportiva Nogueirense – Aprovado por maioria, com duas abstenções;
- Sr. Adelino Carlos Pires Santos Costa – Aprovado por maioria, com quatro abstenções;
- Sr. António Correia Dias – Aprovado por maioria, com um voto contra e cinco abstenções;
- Sr. Aristides Gonçalves da Costa – Aprovado por maioria, com três abstenções.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo treze horas e trinta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
